REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DE GÉNERO NAS PERGUNTAS DOS EXAMES NACIONAIS DO ENSINO PRIMÁRIO PARA JOVENS E ADULTOS

ANALYSIS OF GENDER REPRESENTATIONS IN QUESTIONS IN NATIONAL PRIMARY EDUCATION EXAMS FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS

ANÁLISIS DE LAS REPRESENTACIONES DE GÉNERO EN LAS PREGUNTAS DE LOS EXÁMENES NACIONALES DE ENSEÑANZA PRIMARIA PARA JÓVENES Y ADULTOS

Tomás Ernesto Dzeco[1], Domingos Buque[2]

e747574
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i4.7574

PUBLICADO: 04/2026

RESUMO

A presente pesquisa objectiva analisar como as perguntas dos exames nacionais do Ensino Primário para Jovens e Adultos representam as relações de género entre homem e mulher, e se elas reproduzem os papéis socialmente aceitos para o homem e a mulher. A pesquisa tem natureza qualitativa, por se tratar de um fenómeno alicerçado em crenças, hábitos e atitudes (Pocinho & Matos, 2022). Para a sua realização, recorreu-se à análise de conteúdo (Bardin, 2016; Sampaio & Lycarião, 2021). Tomou-se como material empírico o plano curricular, as tabelas de especificações, as matrizes de objectivos e conteúdos e os enunciados dos exames nacionais das disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Matemática. A análise advém de um estudo documental e bibliográfico à luz de autores que debatem sobre temáticas relacionadas à esta pesquisa, Mabote (2013); Collinson (2023). Nas conclusões, recorreu-se a uma análise indutiva (Pocinho & Matos, 2022). Os resultados da pesquisa mostram que neste tipo de exames há um esforço de se evitar o uso de estereótipos de género, recorrendo-se ao uso de linguagem neutra. Todavia, ainda se mostra necessário o aprimoramento de todos os instrumentos inerentes aos exames e, evidentemente, a promoção da igualdade de género e equidade é quase nula, comprovando um desencontro com as políticas educativas actuais. Portanto, a incorporação dos aspectos em falta pode contribuir para a mudança de paradigma.

PALAVRAS-CHAVE: Género. Exames Nacionais. Ensino Primário para Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This research aims to analyze how questions in national exams of Primary Education for Young People and Adults represent gender relations between men and women, as well as whether they reproduce socially accepted roles for men and women. The research is qualitative in nature, as it deals with a phenomenon based on beliefs, habits, and attitudes (Pocinho & Matos, 2022). Content analysis was used to carry out the research (Bardin, 2016; Sampaio & Lycarião, 2021). The empirical material used was the curriculum, the specification grids, the matrices of objectives and content, and the national exam papers for the subjects of Portuguese Language, Natural Sciences, Social Sciences, and Mathematics. The analysis is based on a documentary and bibliographic study based on authors who discuss related themes, Mabote (2013); Collinson (2023). In the

[1] Doutorando em Educação na Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique, linha de pesquisa trabalho, educação e relações de gênero, com interesse na área de alfabetização e educação de adultos. Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Pedagógica de Maputo e licenciado em Ensino de Inglês pela Universidade Pedagógica de Maputo.

[2] Doutorado em Educação pela University of the Western Cape, mestrado em Educação de Adultos pela University of Cape Town e licenciado em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Lisboa.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

conclusions, an inductive analysis was used (Pocinho & Matos, 2022). The results of the research show that in this type of exams, an effort is made to avoid the use of gender stereotypes, resorting to the use of neutral language. However, there is still a need to improve all the instruments inherent to the exams and, of course, the promotion of gender equality and equity is almost non-existent, proving a mismatch with current educational policies. Therefore, incorporating the missing aspects can contribute to a paradigm shift.

KEYWORDS: *Gender. National Exams. Primary Education for Young People and Adults.*

RESUMEN
La presente investigación tiene como objetivo analizar cómo las preguntas de los exámenes nacionales de enseñanza primaria para jóvenes y adultos representan las relaciones de género entre hombres y mujeres, así como si reproducen los roles socialmente aceptados para hombres y mujeres. La investigación es de carácter cualitativo, ya que se trata de un fenómeno basado en creencias, hábitos y actitudes (Pocinho y Matos, 2022). Para su realización, se recurrió al análisis de contenido (Bardin, 2016; Sampaio y Lycarião, 2021). En ella, se tomó como material empírico el plan de estudios, las tablas de especificaciones, las matrices de objetivos y contenidos y los enunciados de los exámenes nacionales de las disciplinas de Lengua Portuguesa, Ciencias Naturales, Ciencias Sociales y Matemáticas. El análisis se basa en un estudio documental y bibliográfico a la luz de autores que debaten sobre temas relacionados con esta investigación, Mabote (2013); Collinson (2023). En las conclusiones se recurrió a un análisis inductivo (Pocinho & Matos, 2022). Los resultados de la investigación muestran que en este tipo de exámenes se hace un esfuerzo por evitar el uso de estereotipos de género, recurriendo al uso de un lenguaje neutro. Sin embargo, sigue siendo necesario mejorar todos los instrumentos inherentes a los exámenes y, evidentemente, la promoción de la igualdad de género y la equidad es casi nula, lo que demuestra un desajuste con las políticas educativas actuales. Por lo tanto, la incorporación de los aspectos que faltan puede contribuir a un cambio de paradigma.

PALABRAS CLAVE*: Género. Exámenes Nacionales. Educación Primaria para Jóvenes y Adultos.*

INTRODUÇÃO

A análise das relações de género nos exames nacionais do Ensino Primário para Jovens e Adultos (EPJA) que, em Moçambique, é parte do subsistema de Alfabetização e Educação de Adultos (AEA), mostra-se relevante por se tratar de uma temática que desafia as práticas, os mitos e os tabus prevalecentes da sociedade moçambicana, que colocam a mulher numa posição inferior em relação ao homem e sem os mesmos direitos, incluindo o direito à educação. Isto contraria os princípios de igualdade de género e equidade previstos em documentos normativos ratificados ou aprovados pelo Estado moçambicano, como o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos da Mulher em África ratificado em 2003 (União Africana, 2003), a Constituição da República de Moçambique aprovada em 2004 (Moçambique, 2004) e a Lei do Sistema Nacional da Educação aprovada em 2018 (Moçambique, 2018).

Segundo Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS, 2022), as normas sociais e culturais de Moçambique limitam o acesso da mulher à educação. Para reverter esta situação, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH, 2016) adverte que, na educação, as diferenças de género devem ser tomadas em consideração nas políticas e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

estratégias referentes à melhoria dos resultados escolares, considerando que continua a registar-se poucas mulheres que dominam a Matemática e as Ciências Naturais.

Associa-se a isto o facto de os professores não estarem sensibilizados sobre os assuntos de género, o que pode ser prejudicial para o Processo de Ensino-Aprendizagem (PEA). Esta realidade pode contribuir para a desmotivação das pessoas que frequentam o EPJA e não só.

A título de exemplo, Espada (2017) destaca que na AEA, caso os conteúdos temáticos sejam impertinentes e o processo avaliativo não relacionado com os interesses das pessoas que são alfabetizadas ou educadas, estas podem faltar às aulas ou abandonar a escola.

Por isso, MGCAS (2022) defende a fomentação da inclusão da temática de igualdade de género no currículo educacional e nos demais programas escolares, incluindo na avaliação, em particular nos exames nacionais, uma vez que a avaliação comprova a eficácia e eficiência dos programas, métodos e técnicas de ensino e materiais, e contribui para a qualidade do sistema educativo (MINEDH, 2018).

Similarmente, considerando que os exames nacionais comprovam as competências desenvolvidas ao longo do PEA e fornecem feedback à sociedade e comunidade escolar sobre o SNE, mostra-se importante que estes exames orientem os educandos e as educandas para o que se pretende e não devem reflectir lacunas de género (Ministério da Educação e Cultura [MEC], 2025). Por isso, todos os exames nacionais devem ser revistos e avaliados para se determinar se os exemplos e a linguagem usada são livres de estereótipos de género, retirando os conteúdos, as figuras e imagens estereotipados (MINEDH, 2016).

Mas, na prática, através da literatura consultada, nota-se a ausência de estudos aprofundados sobre os exames nacionais do EPJA em relação à abordagem de género, o que justifica a realização desta pesquisa, pois, segundo Espada (2017), na AEA existem casos de pessoas adultas que consideram que são avaliadas em matérias que não interessam para o seu dia-a-dia, o que pode contribuir para a desacreditação de todo o SNE.

É neste sentido que se faz a seguinte pergunta: Em que medida as perguntas dos exames nacionais do EPJA, em Moçambique, reproduzem estereótipos de género que contradizem os princípios de equidade defendidos nas políticas educacionais do país?

Portanto, o objectivo desta pesquisa é analisar a frequência e o tipo de representações de género presentes nos documentos inerentes aos exames nacionais do subsistema de AEA que, segundo MINEDH (2018) são realizados no 4º Ano do EPJA.

A análise foca em como as personagens, as actividades e os papéis sociais são retratados, procurando identificar padrões que possam reforçar ou desafiar as normas de género existentes.

Esta pesquisa constitui um contributo para aferir se o subsistema de AEA, através da linguagem usada nos documentos seleccionados, concorre para a formação de indivíduos que

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

respeitam os direitos humanos universais e os direitos das mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade equitativa.

Sendo assim, esta pesquisa poderá ser usada como uma ferramenta de diagnóstico crítico que, ao desvendar como o género é representado num instrumento de poder do Estado (o exame nacional), busca contribuir para uma educação mais justa, equitativa e transformadora em Moçambique, alinhada com os compromissos constitucionais e de desenvolvimento do país.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O Estado moçambicano, em conformidade com o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5) da Agenda 2030, (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015), está comprometido com a igualdade de género. Neste contexto, MINEDH (2018) defende que género e equidade são temas transversais devido à sua relevância social, sendo que esta temática deve ser integrada nos programas de AEA para a redução das taxas de desistências e promover a igualdade de oportunidades no acesso e retenção e equidade (Moçambique, 2021).

Portanto, a integração da perspectiva de género no subsistema de AEA, incluindo na avaliação, em particular, nos exames nacionais, é crucial para transformar as desigualdades estruturais e tornar a aprendizagem ao longo da vida uma realidade para todos (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 2019).

É neste princípio que o Plano Curricular do Ensino Primário para Jovens e Adultos (PCEPJA), um guia para a educação de jovens e adultos, visando aplicar políticas e estratégias de ensino, preconiza o ensino da temática de género e equidade (MINEDH, 2018). Isto deve-se ao facto de as pessoas visadas possuírem experiências do mundo onde estão inseridas e terem expectativas daquilo que desejam aprender para poderem aplicar nas suas vidas, tal como defendem Knowles *et al.* (2005), sustentando desta forma a necessidade de serem satisfeitas pelo sistema educativo.

O facto de MGCAS (2022, p. 49) recomendar que se promova “a integração da igualdade de género no currículo escolar e em outros programas escolares” evidencia que a temática de género ainda merece ser abordada com profundidade, inclusive nos exames nacionais do EPJA, para se analisar se estes instrumentos oficiais de avaliação educacional estão alinhados com os compromissos do Estado moçambicano previstos em vários instrumentos normativos, pois o exame nacional “rege-se pelos programas de ensino e os objectivos educacionais neles definidos, é regular na sua acção de aferição e garante homogeneidade que é resultante do uso de tabelas de especificações uniformes” (Collinson, 2023, p. 200-201).

Em Moçambique, os exames nacionais do 4º Ano do EPJA foram introduzidos, pela primeira vez, no ano lectivo de 2024, abrangendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências Sociais, Ciências Naturais e Matemática (MINEDH, 2018; 2024).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Importa destacar que o EPJA compreende os últimos 4 anos do Ensino Primário do subsistema de AEA, destinado a indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos que não tenham tido oportunidade de frequentar ou que por qualquer razão não tenham concluído o nível (Moçambique, 2018; 2021). Portanto, trata-se de pessoas que já tiveram contacto com um certo tipo de aprendizagem no passado, embora não tenha sido consolidado.

Os exames nacionais são sumativos, sendo realizados no final de cada ano lectivo (Collinson, 2023) e com a finalidade de certificação (Mabote, 2013; MEC, 2025). Portanto, o exame nacional é uma modalidade de avaliação sumativa externa, concebida e operacionalizada por órgãos centrais do sistema educativo, que visa aferir, de forma padronizada e em larga escala, o desempenho dos alunos e das alunas face às metas curriculares definidas a nível nacional.

Logo, a pessoa a quem é atribuído o certificado deve demostrar ter adquirido conhecimentos, habilidades e competências durante o PEA, para melhor servir a si mesma, à comunidade, ao país e ao mundo.

Tal como avança Mabote (2013), é função dos exames nacionais fomentar a igualdade na avaliação, utilizando uma ferramenta padronizada para todos os estudantes de instituições públicas e privadas de uma mesma categoria ou fase, realizada simultaneamente em todo o país no mesmo dia e horário. Significa que os exames nacionais devem ser bem elaborados porque têm uma abrangência considerável sob o ponto de vista do número de pessoas que têm acesso aos mesmos.

Consequentemente, mostra-se necessário que os conteúdos dos exames nacionais deste subsistema de ensino respondam às políticas educativas actuais e, ao mesmo tempo, satisfaçam as necessidades de aprendizagem dos educandos e das educandas.

2. MÉTODOS

O presente estudo mapeia, analisa e interpreta as questões que se referem ao género no plano curricular, nas tabelas de especificações, nas matrizes de objectivos e conteúdos e, nos enunciados dos exames nacionais do EPJA administrados em 2024.

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo e documental (Minayo, 2002; Thomas *et al.*, 2012).

O corpus documental foi constituído por 1 plano curricular, 4 tabelas de especificações, 4 matrizes de objectivos e conteúdos e 4 enunciados de exames. Este corpus representa o tema em estudo porque permite analisar o fenómeno desde a sua concepção (plano curricular) até à sua manifestação concreta (exames). A homogeneidade é garantida pelo controlo rigoroso das variáveis nível de ensino, temporalidade, origem institucional e coerência funcional entre os documentos.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Com efeito, fez-se um levantamento bibliográfico de publicações que abordam a temática de género e os exames nacionais.

A metodologia utilizada visa avaliar se existe representação equitativa de homens e mulheres nos enunciados dos exames nacionais, se os papéis de género são estereotipados e se os temas e vocabulário abordados reflectem ou reforçam estereótipos de género. E, acima de tudo, se estes exames promovem a igualdade de género e equidade.

A análise e interpretação dos documentos iniciou com a pesquisa de documentos que versam sobre a temática em referência em bases de dados académicas como google académico, SciELO e repositórios institucionais.

Seguiu a solicitação de documentos (tabelas de especificações, matrizes de objectivos e conteúdo e, enunciados de exames) junto ao Instituto Nacional de Exames, Certificação e Equivalências (INECE), uma instituição pública, responsável pela gestão e administração do processo de exames escolares em todo o país (Decreto n.º 86/2017 de 29 de Dezembro).

Posteriormente, foi feita uma leitura crítica do material, a identificação dos itens que abordam género e a análise do conteúdo das perguntas, buscando a sua categorização, tendo como princípio o conteúdo dos enunciados das perguntas analisados (Bardin, 2016).

Assim, as categorias de análise emergiram do material analisado, sendo essencialmente o tipo de linguagem que é agrupado em i) masculino genérico, ii) estereótipo de género, iii) neutra, iv) inclusiva e v) promove igualdade. Portanto, são categorias exclusivas, exaustivas e homogéneas.

A selecção dos excertos submetidos à análise obedeceu a critérios semânticos, morfossintáticos e discursivos, alinhados com os objectivos do estudo e com as categorias de análise definidas.

Critério semântico: Foram seleccionados excertos cujo significado lexical pudesse revelar representações de género, nomeadamente, através de termos que designam pessoas (“uma pessoa”, “o Homem”) ou grupos (“as crianças”, “os jovens”, “os moçambicanos”).

Critério morfossintático: A selecção atendeu à forma como o género gramatical é utilizado, privilegiando-se excertos com marcas explícitas de género (“o aluno”, “o examinando”, “a menina”) ou com formas neutras ou genéricas (“uma pessoa”, “ser humano”, “todo o cidadão”).

Critério discursivo: Foram escolhidos excertos que, no contexto da pergunta, desempenham um papel relevante na construção de papéis sociais, seja pela repetição de estereótipos, seja pela inovação na representação de mulheres e homens.

A aplicação conjugada destes critérios permitiu constituir um corpus de excertos representativo das tendências gerais identificadas nos documentos, garantindo que a análise incide sobre os elementos linguisticamente mais significativos para a problemática em estudo.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Para garantir a consistência da análise, foi construído um protocolo de codificação composto pelas etapas de:

Unidade de registo - considerou-se como unidade de registo o sintagma nominal que designa seres humanos, por exemplo, “uma pessoa”, “os alunos”, “muitas crianças”, bem como os predicados e acções a eles associados, por serem os elementos linguisticamente relevantes para a identificação de representações de género.

Sistema de códigos - com base na categoria de análise definida, ou seja, linguagem, foram criados códigos operacionais.

Regras de codificação - estabeleceram-se regras específicas para cada tipo de excerto.

Gestão de ambiguidades - nos casos em que a interpretação não era clara, recorreu-se à análise do contexto alargado, isto é, parágrafo ou pergunta completa para validação da codificação.

Este protocolo permitiu assegurar a fiabilidade e a replicabilidade da análise, garantindo que os resultados reflectem padrões efectivamente presentes no corpus e não impressões subjectivas dos pesquisadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo MINEDH (2024), no ano lectivo de 2024, em todo o país, no EPJA foram inscritas 62.864 mulheres e inscritos 27.949 homens, totalizando 90.813 pessoas, distribuídas em 3.749 turmas.

Por sua vez, MEC (2025) destaca que neste mesmo ano lectivo (2024) realizaram exames do 4º Ano do EPJA 5.392 mulheres e 2.372 homens, totalizando 7.764. Destes números, 4.758 mulheres e 2.197 homens foram aprovados, totalizando 6.955, o que corresponde a 89,6%.

Portanto, todas as pessoas que foram examinadas em 2024 tiveram acesso ao mesmo exame, à mesma hora, embora em locais diferentes. O mesmo exame continua disponível para qualquer pessoa que o desejar consultar para qualquer fim.

Considerando que o exame nacional, por um lado, avalia a eficiência e eficácia do sistema educativo e, por outro, certifica, os seus resultados, pode confirmar a qualidade dos professores, materiais de ensino, currículo, assim como as metodologias usadas (Mabote, 2013).

Este mesmo autor defende que o exame é o produto, ou seja, a saída. Por isso, através do exame nacional, por exemplo, pode-se perceber melhor como o Estado moçambicano, através da entidade que superintende a educação, lida com a temática de género, considerando que a avaliação na educação de adultos deve partir das necessidades e experiências de vida dos aprendentes e das aprendentes, em um processo negociado e relevante para os seus contextos (Knowles, 1984; 2005).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Para o efeito, a elaboração de um exame nacional de uma determinada disciplina começa com uma consulta minuciosa ao plano curricular, seguida de elaboração de uma tabela de especificações. Posteriormente, elabora-se uma matriz de objectivos e conteúdos, que permite que o exame incida sobre um conjunto de conteúdos essenciais e estruturantes da disciplina. Por último, elabora-se os itens do exame que, posteriormente, são submetidos à revisão externa (revisão científica, metodológica e linguística), seguindo a composição do enunciado do exame com um determinado número de itens, que é submetido a um mínimo de duas revisões internas.

Sendo assim, foi inevitável fazer-se uma breve análise de todos os instrumentos acima mencionados conforme o resumo que se segue.

Plano Curricular

Segundo MINEDH (2018), o PCEPJA é um guia para a acção educativa de jovens e adultos. Este plano prevê a leccionação das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Línguas Moçambicanas, Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Ofícios. Também destaca a leccionação, em todas as disciplinas, dos seguintes temas transversais:

> Educação para a cidadania (Direitos e Deveres do Cidadão, Direitos Humanos, Direitos da Criança, Cultura de Paz e Democracia, Educação Patriótica); Género e Equidade; Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), ITS, HIV, SIDA e Habilidades para a Vida; Saúde Escolar e Nutrição (Primeiros Socorros, Prevenção de Doenças, Nutrição, Prevenção do Consumo de Drogas e Bebidas Alcoólicas); Segurança Rodoviária; Educação Ambiental (Preservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Desastres Naturais); e Educação Financeira. (p. 20).

Destaca-se, nestes temas transversais, a questão de género e equidade, por serem os que estão mais relacionados com a presente pesquisa, o que mostra a relevância dos temas transversais no PCEPJA.

Palitot (2015) esclarece que, pela sua natureza, os temas transversais abordam aspectos essenciais para a formação do estudante na óptica do conteúdo, mas, também, e acima de tudo, têm o seu olhar voltado para a formação humana, para a construção da cidadania.

MINEDH (2018) enfatiza a necessidade da promoção do acesso da rapariga à educação bem como. determina a realização dos exames nacionais nas disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Matemática, razão pela qual estas 4 disciplinas foram seleccionadas para a sua análise.

Tabelas de especificações

Collinson (2023) considera que a tabela de especificações faz uma relação entre o que se ensina e o que se avalia, garantindo a justiça, validade, confiabilidade e objectividade do exame.

As tabelas de especificações apresentam as seguintes unidades temáticas por disciplina: Língua Portuguesa (Nós e o Meio, Família, Sociedade); Ciências Naturais (Solo, O Corpo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Humano, Alimento e Nutrição); Ciências Sociais (Moçambique no Período Colonial, A Luta Armada de Libertação Nacional, Moçambique Independente); Matemática (Números Naturais e Operações, Espaço e Forma, Fracções).

Adicionalmente, as tabelas apresentam parte dos níveis cognitivos (Conhecimento, Compreensão e Aplicação), propostos por Bloom (1956), o número de perguntas, a carga horária e a cotação.

Matrizes de objectivos e conteúdos

A matriz de objectivos e conteúdos é um documento de planeamento que estabelece uma ponte clara e sistemática entre o que foi ensinado (conteúdos) e o que se pretende avaliar (objectivos).

Funciona como um guia estrutural para a elaboração do exame, garantindo que a prova seja representativa do programa curricular e que a avaliação seja justa e válida.

As matrizes de objectivos e conteúdos dos exames das disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências Sociais, Ciências Naturais e Matemática, apresentam duas colunas: uma para os objectivos e outra para os conteúdos. Na primeira coluna, as matrizes apresentam e destacam o enunciado *o examinando deve ser capaz de* e alistam os objectivos, por exemplo, para a disciplina de Língua Portuguesa: interpretar textos didácticos; analisar textos didácticos; classificar orações subordinadas temporais. Para a disciplina de Ciências Sociais: - explicar as causas da penetração dos portugueses em Moçambique; mencionar as consequências da penetração mercantil portuguesa em Moçambique; explicar a resistência do povo moçambicano à ocupação colonial portuguesa.

É de referir que, na matriz da disciplina de Matemática, usa-se a expressão *o aluno deve ser capaz de***,** seguida da lista dos objectivos numa coluna, constando, por exemplo: - escrever números naturais; compor os números naturais; decompor os números naturais por classe.

Relativamente à coluna dos conteúdos, por exemplo, na disciplina de Língua Portuguesa, consta: – Nós e o Meio – Textos didácticos – Interpretação de textos didácticos; Funcionamento da Língua – Frase complexa. Na disciplina de Ciências Sociais: – Moçambique no Período Colonial (1884 – 1975) – Penetração dos portugueses em Moçambique; - Resistência do povo à ocupação colonial portuguesa. Por último, na disciplina de Matemática: – Números Naturais e Operações – Escrita de números naturais até 1 000 000 000; Decomposição de números naturais por classe; Representação de números naturais na tabela de decomposição.

De um modo geral, são apresentados os seguintes conteúdos por disciplina: Língua Portuguesa (Nós e o Meio, Família e, Sociedade); Ciências Naturais (Solo, Corpo Humano e, Alimentos); Ciências Sociais (Moçambique no Período Colonial, A Luta Armada de Libertação

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Nacional e, Moçambique Independente); Matemática (Números Naturais e Operações, Espaço e Forma, e Fracções).

Enunciados de exames

O enunciado de exame é o documento que apresenta, de forma clara, estruturada e sequencial, o conjunto de itens (perguntas, problemas ou tarefas) destinados a avaliar o desempenho das pessoas que estiveram a aprender num determinado momento do PEA.

A função do enunciado do exame é operacionalizar a avaliação, permitindo a recolha sistemática de informações sobre a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e o domínio de competências previstas no plano curricular.

Neste contexto, o enunciado do exame da disciplina de Língua Portuguesa é composto por um texto com o título *A Malária*, seguido de perguntas de interpretação e uma instrução para a produção de redacção e, as respectivas cotações. No total, contém 7 perguntas correspondentes a 20,0 valores.

O enunciado do exame da disciplina de Ciências Sociais é composto por perguntas abertas, um quadro para ser preenchido com o nome de um líder de acordo com a sua região, duas colunas para fazer correspondência entre factos e datas e um texto seguido de perguntas de compreensão. No total, apresenta 7 perguntas que correspondem a 20,0 valores.

O enunciado do exame da disciplina de Ciências Sociais contém perguntas abertas e uma figura para se fazer correspondência entre os órgãos propostos com os órgãos do aparelho respiratório do corpo humano indicados por números. Igualmente, contém 7 perguntas que correspondem a 20,0 valores.

O enunciado do exame da disciplina de Matemática apresenta um quadro, exercícios de cálculos, uma figura e um problema matemático. Como nos casos anteriores, possui um total de 7 perguntas e 20,0 valores.

Abordagem de género nos exames nacionais do EPJA

Género

Segundo Louro (2003), género é uma produção histórico-social, permeada por relações de poder, interesses, conflitos, contradições e negociações entre indivíduos e grupos. Ou seja:

> género tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção do feminino e masculino, quando as pessoas perceberam que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como surgem e são entendidos os termos homem e mulher (Conselho de Ministros, 2021, p. 36).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

As definições destes autores convergem considerando género como sendo aquilo que uma determinada sociedade idealiza para que um indivíduo seja aceite como mulher ou homem nesse local e espaço de tempo específicos.

O quadro que se segue resume a forma como os exames nacionais do EPJA de 2024 e os instrumentos relacionados a eles abordam a temática de género.

Quadro 1. Tipo de linguagem nos exames nacionais do 4º Ano do EPJA de 2024

Instrumento	Nº da pergunta	Exemplo	Linguagem
Matriz de objectivos e conteúdos de Língua Portuguesa, Ciências Naturais e Ciências Sociais	N/A[1]	*O examinando deve ser capaz de…*	**Masculino genérico**
Matriz de objectivos e Conteúdos de Matemática	N/A	*O aluno deve ser capaz de…*	
Enunciado de Ciências Sociais	2. 6. a)	*Os moçambicanos resistiram à ocupação portuguesa.* *Qual dos três jovens tem condições exigidas para votar?*	
Enunciado de Ciências Sociais	2. 4. a)	*Coloque os nomes (Ngungunhana; Farlahi; Cambuemba), no quadro abaixo, nas respectivas regiões onde se destacaram como líderes de resistência nacional.* *Mencione dois (2) direitos dos cidadãos moçambicanos.*	**Estereótipo de género**
Enunciado de Ciências Naturais	6.	*...o Homem.*	
Enunciado de Língua Portuguesa	2º parágrafo 3º parágrafo	*…uma pessoa,…* *…muitas crianças…*	**Neutra**
Enunciado de Ciências Naturais	3. 7.	*...corpo humano.* *…ser humano,…*	
Enunciado de Ciências Sociais	6.	*O Pedro, a Ana e o Jorge estudam na mesma turma.*	**Inclusiva**
Enunciado de Ciências Sociais	6.	*A menina já se recenseou.*	**Promove igualdade**

Fonte: Compilado pelos autores com base nos instrumentos utilizados em 2024.

O quadro 1 resume os dados de 4 matrizes de objectivos e conteúdos e 4 enunciados de exames contendo 7 perguntas ou itens por cada disciplina, totalizando 28 itens, sendo que no PCEPJA e nas tabelas de especificações não foi possível extrair dados relevantes para o tipo de análise feita nesta pesquisa.

Na análise feita, constata-se a presença dos seguintes tipos de linguagem e a respectiva percentagem por item:

[1] Não se trata de uma pergunta, mas sim de uma instrução.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Masculino genérico: 100% nas matrizes de objectivos e conteúdos e 14% nos itens dos exames.

Estereótipo de género: 10,7% nos itens.

Linguagem neutra: 14% nos itens.

Linguagem inclusiva: 3,5% nos itens.

Linguagem que contribui para a promoção de igualdade: 3,5% nos itens.

A explicação de cada tipo de linguagem, de acordo com os exemplos extraídos dos enunciados de exames, é feita no texto que se segue.

Masculino genérico

Segundo Mäder e Moura (2015), o masculino genérico significa usar o género gramatical masculino para denotar dois géneros (homem e mulher), ou seja, é invisibilizar a mulher.

As matrizes de objectivos e conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências Sociais e Ciências Naturais apresentam a expressão “o examinando deve ser capaz de…” (ênfase nossa) e, por sua vez, a matriz de objectivos e conteúdos da disciplina de Matemática apresenta a expressão “o aluno deve ser capaz de…” (ênfase nossa).

Nestas duas situações, fica evidente que as expressões patentes nas matrizes de objectivos e conteúdos de todas as disciplinas, explicitamente, direccionam a mensagem exclusivamente ao homem, quando na realidade a mesma mensagem é direccionada tanto ao homem, assim como à mulher que se preparam para realizar o exame.

É neste sentido que o manual elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU/SISBI, 2025), considera que expressões como *“o aluno…”* e *“o examinando…”* devem ser evitadas porque fazem demarcação de género.

No contexto em análise, o ideal seria, por exemplo, o uso de expressões como “o(a) examinando(a) deve ser capaz de…” ou “(o)a aluno(a) deve ser capaz de…”, com a indicação de género entre parênteses ou recorrer à duplicação "o examinando e a examinanda devem ser capazes de…” ou “o aluno e a aluna devem ser capazes de…” ou ainda dizer "a pessoa examinada deve ser capaz de…", para haver ênfase na inclusão. Escrever desta forma evita a representação de todos os géneros exclusivamente pelo masculino (Covas; Bergamini, 2021).

No radical da pergunta 2 do enunciado do exame de Ciências Socias, consta a expressão “Os moçambicanos resistiram à ocupação portuguesa” (ênfase nossa). No entanto, usar o termo “os moçambicanos” como padrão para se referir a todas as pessoas de Moçambique é um exemplo de viés de género na linguagem. Reflecte e reforça uma estrutura onde o masculino é a norma, potencialmente apagando a presença feminina e de outras identidades no discurso.

Actualmente, busca-se alternativas mais inclusivas, como "o povo moçambicano", "a população moçambicana", "as moçambicanas e os moçambicanos".

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Na pergunta 6, alínea a) do enunciado do exame de Ciências Sociais, consta a expressão "Qual dos três jovens tem condições exigidas para votar?" (ênfase nossa). A expressão "dos três jovens", apesar de não ser estereótipo de género, mas sim, masculino genérico, estudiosos da linguagem e movimentos sociais (como o feminismo e o movimento LGBTQIAPN+, isto é, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais, Não-binários e mais) argumentam que não é neutro de facto, pois reforça a ideia de que o masculino é a norma universal e o feminino é a excepção. Isto é, quando se diz "dos jovens", a imagem mental que muitas pessoas criam é a de um grupo de rapazes, tornando as jovens (raparigas) invisíveis na linguagem.

Estereótipo de género

Para Costa (2015), estereótipo de género é um conjunto de crenças individuais ou colectivas sobre os atributos pessoais adequados a homens e mulheres. Por sua vez, Câmara Municipal de Valongo (2013) considera ser aquilo que se entende que devem ser ou fazer os homens e as mulheres.

Em suma, estereótipo de género pode ser entendido como o que um indivíduo ou grupo de indivíduos acredita que deve ser ou feito especificamente pelos homens e pelas mulheres.

Nesta ordem de ideias, a pergunta 2 do enunciado do exame da disciplina de Ciências Sociais apresenta uma lista de nomes de líderes de Moçambique, exclusivamente homens, para se preencher no quadro, de acordo com as regiões onde eles resistiram à ocupação portuguesa.

Ora, embora a lista apresentada seja um facto histórico, pode se concluir que existe estereótipo de género na interpretação, generalização ou uso desta lista para definir a liderança como uma qualidade masculina, ignorando as barreiras históricas que impediram as mulheres moçambicanas de exercer essa liderança e as excepções que existem, visto que existem evidências de mulheres moçambicanas que participaram activamente na luta de resistência colonial. Também não se pode contornar o facto de as guerrilheiras moçambicanas terem enfrentado discriminação, minimização da sua contribuição, atribuição de papéis secundários e voz silenciada, durante e depois da luta de libertação nacional.

Uma das alternativas seria formular uma pergunta que evidencia a liderança tanto de homens, assim como de mulheres, em áreas específicas do Estado moçambicano.

A pergunta 4, alínea a) do enunciado do exame de Ciências Sociais contém a expressão "Mencione dois (2) direitos dos cidadãos moçambicanos" (ênfase nossa). O termo "cidadãos moçambicanos" pode ser considerado um reflexo de um estereótipo de género por operar sob a lógica do "masculino genérico", que historicamente coloca o homem como o padrão universal e a mulher como uma excepção ou um desvio.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Algumas alternativas ao termo "cidadãos moçambicanos" seriam: i) Uso de termos duplos como "cidadãos moçambicanos e cidadãs moçambicanas" ou "cidadãs moçambicanas e cidadãos moçambicanos"; ii) Uso de termos colectivos e neutros, por exemplo, "população moçambicana", "povo moçambicano" ou "pessoas moçambicanas".

O radical da pergunta 6 do enunciado do exame de Ciências Naturais usa a expressão “A saúde do aparelho respiratório é vital para o Homem (ênfase nossa).

O termo "Homem" (escrito com "H" maiúsculo, referindo-se à espécie humana) é considerado, sob a óptica da linguagem inclusiva e dos estudos de género, um exemplo de estereótipo de género e de androcentrismo. Isto porque teoricamente inclui todos (homem e mulher), mas na prática representa a visão masculina como padrão universal e reforça a ideia histórica de que o homem é o centro das narrativas.

Recomenda-se, como alternativa, substituir este termo por termos que sejam genuinamente neutros, como "humanidade", "ser humano", "espécie humana" ou "pessoas".

Portanto, as avaliações não devem conter estereótipos de género (MINEDH, 2016).

Linguagem neutra

Segundo Câmara Municipal de Valongo (2013), a linguagem neutra é aquela caracterizada por utilizar terminologias e formas gramaticais sem impacto diferencial entre mulher e homem.

O segundo parágrafo do texto do enunciado do exame de Língua Portuguesa apresenta a expressão “Quando um mosquito portador da malária pica uma pessoa,…” (ênfase nossa). A expressão "uma pessoa" é considerada linguagem neutra (ou mais especificamente, um termo genérico e inclusivo). Isto é, não carrega marcas de género (masculino/feminino) em si e não associa características ou comportamentos a um sexo específico.

No terceiro parágrafo do texto do enunciado do exame de Língua Portuguesa, consta a expressão “no mundo, morrem, todos os dias, muitas crianças vítimas de malária…” (ênfase nossa). A expressão "muitas crianças" é um exemplo de linguagem neutra (ou genérica) no que diz respeito ao género. Importa notar que quando se diz "muitas crianças", está-se a referir a um grupo misto (meninos e meninas) sem criar qualquer distinção ou exclusão. Aqui, o uso do feminino é puramente gramatical (concordância de género com a palavra "criança"), e não uma marca de género social.

No radical da pergunta 3 do enunciado do exame de Ciências Naturais, consta a expressão “a figura abaixo representa o aparelho respiratório do corpo humano” (ênfase nossa). O termo "corpo humano" é uma expressão técnica e biológica que se refere à espécie. O seu uso é apropriado para contextos científicos, educacionais e cotidianos quando a intenção é falar de todos os seres humanos, independentemente do género.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No radical da pergunta 7 do enunciado do exame de Ciências Naturais, consta a expressão “em todas as etapas do desenvolvimento do ser humano…”(ênfase nossa). O termo “ser humano” é uma alternativa à palavra "homem" (quando usada para designar a espécie) justamente por ser mais precisa e não gerar a ambiguidade de género. Portanto, é um termo de linguagem neutra (ou pelo menos, mais inclusiva do que o masculino genérico).

Linguagem inclusiva

Para de Barros Santos *et al.,* (2023), uma linguagem inclusiva de género é aquela que possibilita o uso de uma linguagem não sexista, ou seja, a adopção de formas de comunicação que não promova a discriminação de alguém por causa do sexo ou do género.

Covas e Bergamini (2021, p. 54901) avançam que o uso da linguagem inclusiva é justificado pelo facto de ela ser “sensível à questão de género, que visa evitar a aplicação de estereótipos dos papéis de homens e mulheres […] e de outras que sejam isentas de preconceitos”.

Portanto, a linguagem inclusiva não discrimina as pessoas e reconhece as diversas identidades de género.

A pergunta 6 do enunciado do exame de Ciências Sociais apresenta um texto que diz “o Pedro, a Ana e o Jorge estudam na mesma turma.” Trata-se de uma frase com uma linguem inclusiva porque evita o apagamento da figura feminina (Ana) ao lado das figuras masculinas. Portanto, pode também ser considerado um bom exemplo de representação, pois coloca homens e mulheres no mesmo patamar sintáctico, sem subordinar o nome feminino ao masculino.

Promove Igualdade

MGCAS (2022) recomenda a promoção da integração da igualdade de género no currículo escolar. E, na mesma perspectiva, MINEDH (2018) determina que todas as disciplinas do EPJA devem promover a igualdade de género e equidade.

Na pergunta 6 do enunciado do exame de Ciências Sociais, consta a frase “A menina já se recenseou, pois já completou 18 anos em Janeiro” (ênfase nossa). A oração “A menina já se recenseou”, implicitamente, pode ser considerada um exemplo de promoção de igualdade de género porque atribui a um sujeito historicamente menorizado (menina/mulher) um papel de protagonismo em um acto de cidadania que, por muito tempo, lhe foi negado. É uma forma de mostrar que a participação política é um espaço de todos.

4. CONSIDERAÇÕES

Em Moçambique existem documentos normativos que defendem a promoção de género em todo o PEA, incluindo na avaliação, o que sustentou a análise de como o género é abordado

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

nos exames nacionais do EPJA. Portanto, garantir que a temática de igualdade de género seja tratada transversalmente, de maneira eficiente, garantindo a protecção dos direitos humanos, faz parte da boa governação (MINEDH, 2016).

Com efeito, da análise feita, ficou evidente que o PCEPJA, em termos filosóficos e epistemológicos, incentiva a abordagem de género e também estimula a promoção da educação da mulher; apresentando inclusive propostas de temas transversais específicos e/ou relacionados.

Os temas que constam das tabelas de especificações não representam variedade de experiências de vida que vão além do que é tradicionalmente associado a homens e mulheres. Portanto, não levantam nenhuma questão sobre igualdade de género, discriminação e justiça social. Mas também não promovem igualdade de género e muito menos equidade.

As matrizes de objectivos e conteúdos, na sua totalidade, direccionam a sua mensagem exclusivamente ao homem, através do uso de masculino genérico, apagando a imagem da mulher que é parte do PEA e da respectiva avaliação; o que as torna desajustadas da legislação em vigor.

Os exames nacionais do 4º Ano do EPJA de 2024, quanto à abordagem de género, não estão padronizados. Sendo que o enunciado do exame da disciplina de Matemática, simplesmente, não aborda género, o exame de Língua Portuguesa apresenta apenas 2 ocorrências de termos ligados ao uso correcto da linguagem neutra. O exame de Ciências Naturais regista 1 ocorrência de estereótipo de género e 1 do uso correcto da linguagem neutra. O de Ciências Sociais apresenta 4 ocorrências de masculino genérico, 2 de estereótipos de género, 1 de linguagem inclusiva e 1 de linguagem de promoção de igualdade.

Esta pesquisa gera evidências de que os exames nacionais não são eficazes, em relação à abordagem de género, sugerindo que as pessoas responsáveis pela elaboração dos exames sejam informadas e/ou capacitadas para que possam incluir itens sobre género e equidade, mas, evitando, ao mesmo tempo, estereótipos e o masculino generalizado.

Considerando que os exames nacionais são óptimos instrumentos para a promoção da igualdade de género, uma vez que as pessoas têm acesso por via de elaboração, revisão, realização, correcção e consulta bibliográfica, sugere-se a réplica deste estudo com uma amostra mais diversificada. Também se recomenda que o INECE reveja a sua política de elaboração de exames com base nos dados apresentados.

Em suma, os técnicos e as técnicas que elaboram os exames precisam ter consciência da necessidade de harmonizarem estes instrumentos com as políticas educativas, colocando em prática o que teoricamente já está previsto em relação à abordagem de género no PEA.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BLOOM, B. S. (Ed.). **Taxonomy of educational objectives**: The classification of educational goals. Handbook I: Cognitive domain. London: Longmans, Green, 1956.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO. **Comunicar com linguagem neutra – promovendo a igualdade entre homens e mulheres**. 2013. Disponível em: http://www.cmvalongo.pt/municipes/igualdadedeg%C3%A9nero.

COLLINSON, I. **A Utilidade da Avaliação Educacional para Aferição da Eficiência Técnica Interna**: Um Estudo Sobre os Resultados dos Exames Nacionais do Ensino Secundário em Moçambique. 2023. Tese (Doutoramento em Inovação Educativa) - Universidade Católica de Moçambique, Moçambique, 2023. Disponível em: http://www.repositorio.ucm.ac.mz/bitstream/123456789/238/1/TESE%20FINAL%20%20IvanCollinson.pdf.

CONSELHO DE MINISTROS. **Plano de Acção para a aceleração da alfabetização de jovens e adultos em Moçambique 2021-2029**. Maputo: Conselho de Ministros, 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Boletim de República**, série, n. 51, 2004.

COSTA, F. A. Estereótipos. *In:* FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. N. (orgs). **Dicionário feminino da infâmia:** acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 131-132. https://doi.org/10.7476/9788575415511.0057.

COVAS, F. S. N.; BERGAMINI, L. M. Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+ / Critical analysis of neutral language as an instrument for the recognition of the LGBT'S rights. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 54892–54913, 2021. https://doi.org/10.34117/bjdv7n6-067.

DE BARROS SANTOS, Verônica; MEISTER KO. FREITAG, Raque; DO NASCIMENTO, Raquel; SANTOS SILVA, Elizabeth; SOUSA DE GOIS, Túlio. Linguagem inclusiva e comunicação não sexista na Universidade Federal de Sergipe. **Revista do GELNE**, *[S. l.]*, v. 25, n. 3, p. e32554, 2023. https://doi.org/10.21680/1517-7874.2023v25n3ID32554

DECRETO n.º 86/2017 de 29 de Dezembro do Conselho de Ministros. Boletim de República I série, n.º 203, 2017.

ESPADA, A. S. D. Pressupostos de avaliação na Alfabetização e Educação de Adultos e no Ensino Básico. **UDZIWI, Revista de Educação da Universidade Pedagógica**, 2017. p. 61-74.

KNOWLES, M. S. **Andragogy in action**: Applying modern principles of adult learning. New York: Jossey-Bass, 1984.

KNOWLES, M. S.; HOLTON III, E. F.; SWANSON, R. A. **The Adult Learner**. 6th ed. New York: Elsevier, 2005.

LEI n.º 18/2018 de 28 de Dezembro da Assembleia da República de Moçambique. Boletim de República I série, n.º 254, 2018.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf.

MABOTE, J. A. A implementação de programas de reformas públicas na área dos exames nacionais em Moçambique: Introdução de perguntas de múltipla escolha nos exames da 12ª classe. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação de Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1249

MÄDER, G. R. C.; MOURA, H. M. de M. O masculino genérico sob uma perspectiva cognitivo-funcionalista. **Revista do GELNE**, v. 17, n. 1/2, p. 33-54, 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petropolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Relatório do processo dos exames do ano lectivo.** 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. Estatísticas da educação, levantamento escolar – 2024. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. Estratégia de género do sector de Educação e Desenvolvimento Humano para o período 2016 – 2020. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. Plano curricular do ensino primário para jovens e adultos (PCEPJA) - Documento orientador: política, objectivos, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2018.

MINISTÉRIO DO GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL. **Perfil de igualdade de género de Moçambique**. Maputo: Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformar o nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [S. l.]: Organização das Nações Unidas, 2015.

PALITOT, M. D. Temas transversais: olhares e saberes essenciais para a educação brasileira. *In:* PALITOT, M. D.; PESSOA, J. (Org.). **A transversalização de temas educacionais e sociais no desenvolvimento das escolas brasileiras:** Reflexões para a práxis. [S. l.]: Ideia, 2015.

POCINHO, M. T. DOS S.; MATOS, F. N. Metodologias de Pesquisa e de Investigação: Qualitativa, quantitativa, quantiqualitativa, qualiquantitativa e revisões sistemáticas. **Research Gate**, 2022. https://www.researchgate.net/publication/360061984

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. Métodos de pesquisa em atividade física. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2012.

UNESCO. **4º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos**. Paris: UNESCO, 2019. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372274_por.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

UNIÃO AFRICANA. **Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos da Mulher em África**. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistemas de Bibliotecas. Comissão de Comunicação; Comissão de Cultura e Diversidade. **Manual de linguagem inclusiva**: linguagem não sexista. Organização de: Betânia de Nunes Sousa et al. Uberlândia: UFU/SISBI, 2025. 23p, il. Disponível em: https://doi.org/10.14393/ufu.do.2025.1.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.